

**HABEAS CORPUS Nº 484.510 - MG (2018/0336108-6)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
NEUSA GUILHERMINA LARA - MG079505  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
**PACIENTE** : MIGUEL AQUINO BORGES

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS. ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA. UTILIZAÇÃO COMO FUNDAMENTO DA CONDENAÇÃO. REDUÇÃO OBRIGATÓRIA. SÚMULA 545/STJ. COMPENSAÇÃO COM A AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA. Ordem concedida nos termos do dispositivo.*

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de **Miguel Aquino Borges**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (Ação Penal n. 0013901-35.2012.8.13.0080).

Narram os autos que o paciente foi condenado como incurso no art. 157, *caput*, do Código Penal, à pena de 4 anos, 3 meses e 10 dias de reclusão, em regime inicial fechado, e 75 dias-multa.

Interposta apelação pela defesa, o Tribunal *a quo* deu-lhe parcial provimento para redimensionar a pena, fixando-a em 3 anos, 7 meses e 16 dias de reclusão, em regime fechado, e 8 dias-multa.

Daí o presente *mandamus*, em que a impetrante sustenta ilegalidade decorrente do não reconhecimento da atenuante da confissão espontânea.

Requer, assim, a concessão da ordem *para que seja reconhecida e aplicada a atenuante da confissão espontânea em favor do paciente, com a consequente redução da pena* (fl. 8).

Não houve pedido de liminar

Prestadas as informações (fls. 335/353), o Ministério Público Federal, em parecer exarado pelo Subprocurador-Geral da República Rodrigo Janot Monteiro de Barros, manifestou-se pelo não conhecimento do *writ* ou,

caso contrário, pela denegação da ordem (fls. 357/359)

É o relatório.

O Tribunal *a quo*, apesar de rejeitar os embargos de declaração opostos, asseverou, a respeito do tema debatido (fl. 323):

O sentenciante fundamentou a impossibilidade de reconhecimento da atenuante da confissão espontânea porque o réu admitiu a prática de crime diverso, o que, por óbvio, foi mantido quando do julgamento do apelo defensivo.

Assim registrou juiz:

(...)

Embora o réu tenha negado o empurrão em juízo (f. 104), tenho que sua versão neste ponto resta isolada dos demais elementos colhidos dos autos, não merecendo crédito. E mais, ainda que a defesa postule o reconhecimento da atenuante da confissão espontânea, tenho que o réu não confessa o crime de roubo, mas sim, reconhece apenas a prática de um furto, não se prestando, assim, ao fim do art. 65, II, "d", do Código Penal, razão pela qual não acolho a tese defensiva.

(...) (fl. 119)

Do exposto, verifica-se que assiste razão à impetrante. Com efeito, é firme o entendimento deste Superior Tribunal de que, se a confissão do agente é um dos fundamentos da condenação, a atenuante prevista no art. 65, III, *d*, do Código Penal, deve ser aplicada, sendo irrelevante se foi ela espontânea ou não, total ou parcial, ou mesmo se houve retratação posterior. Nesse mesmo sentido: HC n. 299.516/SP, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 29/6/2018; AgRg no HC n. 409.275/RO, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 19/6/2018 e AgRg no AREsp n. 1.251.392/MS, de minha relatoria, Sexta Turma, DJe 16/4/2018.

Esse entendimento, aliás, está consolidado na Súmula 545/STJ: *Quando a confissão for utilizada para a formação do convencimento do julgador, o réu fará jus à atenuante prevista no art. 65, III, 'd', do Código Penal.*

Dessa forma, merece reforma o acórdão impugnado, porquanto cabível o reconhecimento, na segunda fase da dosimetria, da atenuante da confissão espontânea.

Outrossim, nos termos da jurisprudência desta Corte, a atenuante da

confissão, que envolve a personalidade do agente, e a agravante da reincidência são igualmente preponderantes, razão pela qual devem ser compensadas, ainda quando se trate de reincidência específica. Isso, aliás, é o que foi decidido pela Terceira Seção no julgamento recente do HC n. 365.963/SP (Dje 23/11/2017).

Com essas considerações, obedecidas as diretrizes fixadas pelo Tribunal *a quo*, passo ao redimensionamento da pena.

Fica mantida a pena-base estabelecida em 1/6 acima do mínimo legal, pelo reconhecimento dos maus antecedentes, qual seja, 4 anos e 8 meses de reclusão, e 11 dias-multa. Na fase intermediária, mantém-se a pena, por força da compensação da agravante da reincidência com a atenuante da confissão espontânea. Na terceira fase, incide a causa de diminuição da pena, decorrente da semi-imputabilidade do réu, devendo a reprimenda ser reduzida em 1/3, tornando-se definitiva em 3 anos, 1 mês e 10 dias de reclusão, e 7 dias-multa, mantidos os demais termos do acórdão impugnado.

Ante o exposto, **concedo** a ordem para redimensionar a pena imposta ao paciente, fixando-a em 3 anos, 1 mês e 10 dias de reclusão, e 7 dias-multa.

Intime-se o Ministério Público estadual.

Publique-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator